

# SUMÁRIO

---

## *Capítulo 1*

### **Conceito e conteúdo do Direito Tributário**

1.1	Delimitação do objeto de estudo do Direito Tributário.....	1
1.2	A elaboração do sistema teórico do Direito Tributário .....	3
1.2.1	Enunciado do problema .....	3
1.2.2	Etapas metodológicas mais destacadas.....	4
1.2.2.1	Primeira etapa: a absorção do Direito Tributário pela economia política e pelo direito privado.....	5
1.2.2.2	Segunda etapa: a elaboração de uma teoria jurídica do Direito Tributário.....	9
1.2.2.3	Inferência da exposição anterior: o método do Direito Tributário.....	11

## *Capítulo 2*

### **Os princípios constitucionais tributários: legalidade e segurança jurídica**

2.1	Âmbito próprio e manifestações do princípio da legalidade em matéria tributária .....	16
2.2	Âmbito próprio e manifestações do princípio da segurança jurídica.....	17
2.2.1	A ideia de certeza .....	18
2.2.2	A interdição da arbitrariedade .....	20
2.2.3	Antecedentes históricos do princípio da legalidade e seu acolhimento pelas Constituições espanholas .....	23
2.2.4	O princípio da reserva de lei.....	27
2.2.4.1	Conceito e caracteres fundamentais.....	28
2.2.4.2	Âmbito do princípio da reserva de lei em relação ao “estabelecimento de prestações patrimoniais de caráter público” .....	33
2.3	Significado atual e perspectivas do princípio da legalidade tributária.....	35

## *Capítulo 3*

### **Os princípios tributários constitucionalizados**

3.1	Princípios de justiça tributária.....	43
3.2	O princípio da generalidade.....	45
3.3	O princípio da capacidade econômica.....	46
3.3.1	Capacidade econômica absoluta e relativa .....	46

3.3.2 A capacidade econômica: os tributos, que não são impostos e a justiça tributária .....	49
3.4 O chamado princípio da progressividade .....	51
3.5 A justiça tributária e os tributos de ordenamento .....	55

### *Capítulo 4*

## **A teoria tradicional das fontes do Direito Tributário: especial análise do decreto-lei, dos decretos legislativos e dos regulamentos autônomicos**

4.1 Potestade regulamentar e faculdades interpretativas da administração .....	68
4.2 Natureza e efeitos jurídicos das diversas formas em que se manifesta o desenvolvimento das faculdades interpretativas da administração tributária .....	72
4.2.1 As disposições ministeriais interpretativas .....	73
4.2.2 As circulares .....	75
4.2.3 As consultas tributárias .....	76
4.3 A codificação das normas tributárias .....	80
4.3.1 Dificuldades .....	80
4.3.2 Necessidades .....	82
4.3.3 Formas .....	83
4.3.4 Consequências derivadas .....	84
4.3.5 A codificação tributária espanhola .....	85

### *Capítulo 5*

## **A eficácia das leis tributárias ao longo do tempo**

5.1 Início da vigência das normas tributárias .....	87
5.2 Término da vigência das normas tributárias .....	88
5.3 Determinação das situações e dos atos jurídicos regulados por uma norma .....	89
5.4 Norma tributária e norma orçamentária .....	95
5.5 Eficácia das leis tributárias no espaço .....	100
5.5.1 Apresentação geral .....	100
5.5.2 Territorialidade e residência efetiva .....	102
5.5.2.1 O princípio da residência .....	103
5.5.2.2 O princípio da territorialidade .....	106

### *Capítulo 6*

## **A interpretação das normas tributárias**

6.1 Superação de antigos erros .....	109
6.2 Aplicação da teoria geral da interpretação .....	110
6.3 A permanente tensão entre a forma jurídica e o conteúdo econômico: a interpretação do significado econômico das normas tributárias .....	114
6.4 Autonomia qualificadora do Direito Tributário .....	116
6.5 O sentido jurídico, técnico ou usual dos termos tributários .....	117

6.6	O significado do art. 12-1 e 2 da LGT .....	119
6.7	Analogia e interpretação extensiva .....	121
6.7.1	O problema na teoria geral do direito .....	121
6.7.2	O que proíbe o art. 14 da LGT? .....	124
6.7.3	A fraude à lei tributária: conceito e caracteres .....	126
6.7.3.1	O impedimento do fato impositivo ou a redução da base impositiva ou do <i>quantum debeat</i> .....	128
6.7.3.2	A obtenção dos mesmos resultados econômicos .....	129
6.7.3.3	A presença de atos artificiosos ou impróprios .....	131

### Capítulo 7

#### A potestade tributária normativa

7.1	O conceito de potestade tributária normativa .....	137
7.2	Potestade tributária normativa e autonomia financeira .....	138
7.2.1	A potestade tributária normativa do Estado e das comunidades autônomas .....	141
7.2.2	A reforma do sistema de financiamento autônomo .....	145
7.2.3	A autonomia de províncias e Municípios .....	147
7.2.4	A para-fiscalidade .....	151
7.2.4.1	Colocação geral .....	151
7.2.4.2	Conceito .....	152
7.2.4.3	Evolução de seu regime jurídico .....	154

### Capítulo 8

#### Conceito de tributo

8.1	Classes de tributos .....	164
8.1.1	O imposto .....	166
8.1.1.1	Conceito .....	166
8.1.1.2	Classes .....	168
8.1.2	A taxa .....	170
8.1.3	A contribuição especial .....	174
8.1.3.1	As dificuldades do conceito unitário de tributo e vias de solução .....	178
8.1.3.2	O dever de contribuir para a cobertura dos gastos públicos e os tributos com destino determinado .....	180

### Capítulo 9

#### Elementos constitutivos do tributo

9.1	A hipótese de imposição .....	183
9.1.1	Conceito .....	183
9.1.2	Elementos .....	186
9.1.2.1	Elemento objetivo .....	186

9.1.2.2	Elemento subjetivo .....	187
9.1.2.3	Elemento espacial .....	188
9.1.2.4	Elemento temporal .....	188
9.1.3	Efeitos jurídicos .....	189
9.1.3.1	As normas de qualificação do fato impositivo .....	192
9.1.3.2	Conceito e funções do suposto de não sujeição tributária – não incidência (N.T.) .....	195
9.1.3.3	Não sujeição tributária – não incidência (N.T.) – e isenção .....	198

### **Capítulo 10**

#### **Os sujeitos da potestade de imposição: sujeito ativo; sujeito passivo da potestade de imposição e o sujeito passivo da prestação tributária; contribuinte**

10.1	Os sujeitos da potestade de imposição .....	203
10.2	O sujeito ativo .....	205
10.3	O sujeito passivo da potestade de imposição e o sujeito passivo da obrigação tributária .....	209
10.4	Os sujeitos passivos da obrigação tributária .....	215
10.4.1	Colocação geral .....	215
10.4.2	Os sujeitos passivos na Lei Geral Tributária .....	217
10.5	O contribuinte .....	219

### **Capítulo 11**

#### **O substituto do contribuinte e o responsável**

11.1	Considerações gerais .....	223
11.2	Características do substituto .....	224
11.3	A retenção por conta nos vigentes impostos sobre a renda das pessoas físicas e sobre sociedades. Sua possível consideração como uma forma de substituição tributária .....	227
11.4	O responsável pelo tributo .....	230

### **Capítulo 12**

#### **Capacidade, domicílio e representação – A capacidade na ordem tributária**

12.1	Introdução: capacidade jurídico-tributária e capacidade de atuar .....	235
12.2	O problema dos entes sem personalidade jurídica .....	237
12.2.1	Resumo das posições doutrinárias em presença .....	237
12.2.2	O art. 35-4 da LGT .....	238
12.3	A capacidade tributária de atuar .....	241
12.3.1	A representação .....	242
12.3.1.1	Exposição geral .....	242

12.3.1.2	Representação legal e representação voluntária.....	242
12.3.1.3	Comprovação da representação.....	244
12.3.1.4	O domicílio fiscal.....	245
12.3.1.4.1	O domicílio das pessoas físicas.....	245
12.3.1.4.2	O domicílio das pessoas jurídicas.....	247
12.3.1.4.3	O domicílio dos não residentes.....	247
12.3.1.4.4	Regime jurídico do domicílio .....	248

### *Capítulo 13*

#### **A dívida tributária**

13.1	Introdução.....	251
13.2	A dívida tributária como conteúdo da prestação de dar cm que consiste a obrigação tributária material.....	253
13.3	A cota tributária: base impositiva e tipo de gravame .....	256
13.3.1	A base impositiva: conceito e características .....	256
13.3.1.1	Métodos de determinação .....	259
13.3.1.1.1	Os métodos de determinação direta e estimativa objetiva .....	261
13.3.1.1.2	Conceito e classes.....	261
13.3.1.1.3	Diferenças que devemos estabelecer entre os métodos de determinação direta e estimativa objetiva .....	263
13.3.1.2	O regime de estimativa indireta .....	264
13.3.2	O tipo de gravame .....	265

### *Capítulo 14*

#### **A extinção da dívida tributária**

14.1	Introdução: a diferença entre a obrigação tributária e a obrigação civil, sob o ponto de vista da extinção .....	269
14.2	O pagamento .....	271
14.2.1	Requisitos subjetivos.....	273
14.2.1.1	Sujeitos habilitados para realizar o pagamento.....	273
14.2.1.2	Sujeitos habilitados para receber o pagamento.....	274
14.2.2	Requisitos objetivos.....	276
14.2.3	Requisitos formais.....	276
14.2.4	Requisitos temporários .....	277
14.2.5	Consignação e imputação de pagamentos.....	278
14.3	A prescrição .....	279
14.3.1	Exposição e esclarecimento de figuras afins.....	279
14.3.2	Hipóteses de prescrição .....	280
14.3.3	Prazos de prescrição .....	280
14.3.4	Interrupção da prescrição .....	281
14.4	Outras formas de extinção.....	283

**Capítulo 15**  
**Garantias do crédito tributário**

15.1	Privilégio geral sobre bens móveis e imóveis.....	288
15.2	Privilégio especial sobre bens móveis e imóveis (hipoteca legal tácita) .....	291
15.3	Direito de afetação.....	293
15.4	Direito de retenção.....	295
15.5	Garantias cautelares.....	296

**Capítulo 16**  
**O ilícito tributário**

16.1	Exposição geral.....	299
16.2	Natureza do ilícito tributário .....	302
16.3	Características do ilícito tributário.....	304
16.3.1	Características do ilícito penal que conservam substancialmente sua vigência dentro do ilícito tributário .....	304
16.3.2	Características do ilícito penal que experimentam transformações dentro do ilícito tributário.....	305
16.3.2.1	Tipicidade .....	305
16.3.2.2	Culpabilidade.....	306
16.4	Posição do direito positivo, da jurisprudência e da doutrina perante o ilícito tributário.....	306
16.5	As infrações tributárias.....	313
16.5.1	Conceito de infração.....	313
16.5.2	Classes de infrações .....	319
16.5.3	Infrações que produzem prejuízo econômico direto à Fazenda Pública.....	320
16.5.4	Infrações que não produzem prejuízo econômico direto à Fazenda Pública.....	322
16.5.5	Infrações com risco de futuro prejuízo.....	322
16.5.6	Infrações sem risco de prejuízo futuro .....	324
16.6	As sanções tributárias.....	328
16.6.1	Exposição geral .....	328
16.6.2	Tipos de sanções .....	329
16.6.3	Quantificação das multas e critérios de graduação .....	331
16.6.4	Infrações que produzem prejuízo econômico direto à Fazenda Pública.....	331
16.6.5	Infrações com risco futuro para a Fazenda Pública .....	332
16.6.6	Infrações sem risco futuro para a Fazenda Pública.....	333
16.6.7	Graduação de sanções.....	334
16.6.8	Competência para a aplicação das sanções e procedimento .....	339
16.6.8.1	Sanções não pecuniárias.....	339
16.6.8.2	Sanções pecuniárias .....	339
16.6.9	Suspensão da executividade das sanções em caso de recurso.....	340
16.7	Extinção da responsabilidade derivada das infrações.....	340

16.8 Extinção de sanções.....	341
16.9 A remissão de sanções.....	342

### *Capítulo 17*

## **Delitos contra a Fazenda Pública**

17.1 Evolução histórica e avaliação global.....	345
17.2 Análise dos delitos contra a Fazenda Pública.....	348
17.2.1 O delito fiscal (art. 305).....	349
17.2.1.1 Elemento objetivo do delito.....	349
17.2.1.2 Elemento subjetivo do tipo.....	352
17.2.1.3 Sujeitos ativo e passivo do delito.....	352
17.2.1.4 Penas.....	353
17.2.1.5 A chamada excusa absolutória.....	354
17.2.2 O delito contábil (art. 310).....	355
17.2.2.1 Elemento objetivo do delito.....	355
17.2.2.2 Elemento subjetivo do tipo.....	358
17.2.2.3 Penas.....	358

<b>Bibliografia.....</b>	<b>359</b>
--------------------------	------------